



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Tom ameno publicamente

A queda de braço deflagrada entre Judiciário e Ministério Público contra o Legislativo, com mediação e bom senso, poderia levar a avanços. Por ora, no entanto, não é este caminho que se desenha. Um dia após fortes manifestações do Supremo, Procuradoria-Geral da República e integrantes da Lava Jato contra o pacote anticorrupção aprovado pela Câmara na calada da noite, que prevê, entre outros pontos, o endurecimento de sanções à atuação de magistrados e integrantes do MP, o juiz Sérgio Moro participou de audiência sobre o tema no plenário do Senado. Moro e o presidente da Casa, Renan Calheiros, que na véspera tentou, sem sucesso, votar o pacote de afogadilho, sentaram lado a lado. Ambos optaram por tons amenos, apesar de falas repletas de recados, mas nos bastidores o tensionamento é crescente e acompanhado com preocupação pelo Planalto. Em suas declarações, Calheiros, agora réu no Supremo, negou qualquer intenção de intimidação, classificou o projeto de abuso de autoridade de “bastante ameno” e afirmou que “as soluções negociadas para as divergências são sempre possíveis, por mais distantes que possam parecer”. Moro, que falava para plateia repleta de alvos das investigações, disse que tem “várias sugestões” para o projeto e fez menção indireta à votação na Câmara, afirmando que “essas emendas da meia-noite que não permitem debate da sociedade mais aprofundado acerca do tema no Parlamento não são apropriadas em temas tão sensíveis”. O juiz mencionou ainda acreditar que este talvez não seja o melhor momento para a deliberação de uma nova lei de abuso de autoridade, “considerando o contexto e que existe uma investigação importante em andamento. Não só a Lava Jato, mas várias outras importantes”.

Ameaça de ação judicial

O vereador Marcio Bins Ely, do PDT, resolveu endurecer a reação ao acordo costurado entre PMDB, PP, PTB e Dem (que formou bloco com outros partidos) sobre a presidência e a composição da mesa diretora da Câmara de Porto Alegre para os próximos quatro anos. O acerto exclui partidos como PDT, PT e PSol da representação. No final de reunião, ontem, Bins Ely afirmou que, caso a exclusão seja levada adiante, irá ingressar na Justiça questionando o ato. Juridicamente, no entanto, são poucas as chances de avançar uma ação sobre este tema, que é prerrogativa do Legislativo.

Articulações

Preocupados com a possibilidade de extinção da FEE, especialistas da área, ligados a partidos distintos, entraram em campo na Assembleia. Ontem, a ex-reitora da UFRGS Wrana Panizzi visitou gabinetes para defender a preservação da FEE. Estão na mesma linha os ex-secretários Aod Cunha, que está no exterior, e Brum Torres. Também ontem, a bancada do PP dedicou o dia inteiro a reuniões com categorias das estatais que o governo pretende extinguir.

Retirada de assinatura inviabiliza PEC

O deputado Bombeiro Bianchini, do PPL, retirou a assinatura da PEC de extinção do Tribunal de Justiça Militar. O recuo se deu às vésperas de avanço da proposta na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, em reunião na próxima terça-feira. Com a retirada da assinatura de Bianchini, o autor da PEC, deputado Pedro Ruas, do PSol, terá de buscar novamente as 19 assinaturas necessárias para viabilizar a tramitação, do zero, da proposta na Casa. Bianchini sustenta que retirou o apoio porque entendeu que a iniciativa é inconstitucional. O tema, que há anos está em discussão na Assembleia, enfrentando resistências, ganhou fôlego em função do pacote do Executivo, que, entre outras iniciativas, prevê a extinção de órgãos da administração indireta, visando redução de custos. O Tribunal de Justiça Militar tem orçamento anual de R\$ 40 milhões. O Piratini diz que não orientou postura da base no caso, mas o líder do governo, Gabriel Souza, é favorável à extinção e assinou a PEC.

APARTES

- A Câmara aprovou projeto que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. A autoria é de Mendes Ribeiro.
- O deputado Ronaldo Santini renunciou à presidência da Comissão de Finanças para assumir o comando da Comissão Especial de Segurança Pública, que está em fase de instalação na Assembleia.

SUPREMO

Calheiros vira réu no STF pela primeira vez

Presidente do Senado foi acusado de usar um lobista para pagar pensão a uma filha que teve fora do casamento

Por oito votos a três, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem aceitar denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em 2013 contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), pelo crime de peculato. Com a decisão, o senador se torna réu na Corte pela primeira vez. Apesar de aceitar a denúncia por peculato, a Corte também entendeu, seguindo voto do relator, o ministro Edson Fachin, que as acusações de falsidade ideológica e uso de documento falso prescreveram em 2015, oito anos depois de a infração ter sido cometida.

A Corte julgou denúncia na qual Renan é acusado de usar um lobista de empreiteira para pagar pensão a uma filha que teve fora do casamento. O senador também é acusado de ter adulterado documentos para justificar os pagamentos. O caso foi revelado em 2007. Na época, as denúncias levaram à sua renúncia ao cargo de presidente da Casa.



Calheiros vai responder por peculato

Para Fachin, as provas apresentadas no processo mostram indícios de que Calheiros usou notas fiscais para mascarar desvios de verba indenizatória do Senado para simular contratos de prestação de serviços de locação de veículos. “A denúncia imputa ao acusado a celebração

de mútuo fictício com a empresa Costa Dourada Veículos para fim de, artificialmente, ampliar sua capacidade financeira e justificar perante o Conselho de Ética do Senado capacidade de arcar com o pagamento de pensão alimentícia”, disse Fachin. Os ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski votaram pela rejeição total da denúncia por entenderem que não há indícios para que ela seja recebida.

No dia 18 de novembro deste ano, o ministro Dias Toffoli autorizou a abertura do 12º inquérito contra Calheiros no Supremo, em razão de uma movimentação financeira suspeita de R\$ 5,7 milhões. O pedido para investigar o senador foi apresentado em fevereiro pela Procuradoria-Geral da República. O motivo foram suspeitas de falsidade ideológica no caso das notas e comprovantes de transporte de gado apresentadas por Calheiros à Comissão de Ética do Senado para comprovar que tinha renda suficiente para arcar com a pensão da filha. Oito dos 12 inquéritos sobre Calheiros são relacionados à Operação Lava Jato.



Manifestantes fizeram ato na entrada do Tribunal de Justiça, em Porto Alegre

MOVIMENTO ANTICORRUPÇÃO

Juizes e promotores reagem

A exemplo do que ocorreu em várias capitais, inclusive em frente ao Supremo, em Brasília, juizes, promotores e procuradores bloquearam ontem a entrada principal do prédio do Tribunal de Justiça (TJ) do Rio Grande do Sul e realizaram o ato “Um minuto pela democracia - em defesa do Judiciário e do Ministério Público”. Eles protestaram contra as medidas aprovadas pela Câmara dos Deputados que, segundo eles, enfraquecem a independência e a autonomia do Judiciário e do MP.

A mobilização foi coordenada pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) e con-

tou com a parceria da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) e de outras associações das categorias. “Não vão nos calar na nossa luta contra a corrupção, na nossa atividade cotidiana. Não é só a Lava Jato, é toda a nossa atividade de combate à corrupção. Todos nós sabemos da pressão que querem fazer sobre nós, porque deferimos liminares que não são ao gosto de quem está no poder”, disse o presidente da Ajuris, Gilberto Schäfer. “O projeto foi transformado em um pacote a favor da corrupção”, afirmou o presidente da AMP/RS, Sérgio Hiane Harris.

direto ao ponto

TJ condena deputado por improbidade

■ A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS condenou ontem o ex-prefeito de Sapiranga Renato Molling, dois servidores da prefeitura na época e uma empresa de advocacia por improbidade administrativa. Foi determinada a suspensão dos direitos políticos do atual deputado federal por três anos. O Ministério Público denunciou Molling por ter contratado o escritório de advocacia para cobrar contribuintes devedores, sem realizar licitação. Cabe recurso.

Praça da Matriz tem protesto com música

■ Entre as manifestações contra o pacote de medidas do governo do Estado, ocorreu ontem na Praça da Matriz, em Porto Alegre, um ato de resistência cultural. A mobilização teve apresentações musicais e reuniu artistas, técnicos, intelectuais, educadores, pesquisadores, jornalistas e economistas. Os participantes defenderam a manutenção de entidades que correm o risco de ser extintas, como a Fundação Piratini e a Fundação de Economia e Estatística (FEE).